



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O DIREITO DE VEZ E VOZ, COM BASE NA CARTA CIDADÃ DE 1988, EM SALAS DOS 6º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Josefa Aranha Gomes Felipe

Centro Educacional Osmar de Aquino/ PIBID/ marly-aranha@bol.com.br

Bruno de Araújo Costa

UEPB/ PIBID/ brunoaraujo35@hotmail.com

Sabrina de Oliveira Fernandes

UEPB/ PIBID irsabrina@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo e análise crítica-reflexiva em relação ao comportamento dos alunos em sala de aula, e dos ditos e não ditos dos alunos que frequentam salas de aula do 6º ano do ensino fundamental, numa Escola Municipal da cidade de Guarabira. A equipe do PIBID, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência, formada por professora supervisora e alunos bolsistas, durante todo o 1º semestre de 2015 estiveram atentos a questão comportamental do alunado e o que poderiam fazer em relação ao bom desenvolvimento do ensino aprendizagem, sem que fosse necessário silenciar as vozes que gritavam, quase em desespero, pela atenção dos professores e colegas. O trabalho apresenta uma breve descrição das salas e como algumas técnicas de ensino levaram as vozes a serem ouvidas sem que para isso, fossem apenas vozes que atrapalhavam o ambiente de ensino aprendizagem, mas vozes estas aproveitadas para um fazer educacional onde todos possam ter seu direito de voz e seu dever de ouvir e silenciar, quando preciso for. O foco da pesquisa está relacionado com o direito constitucional da livre expressão, inserido no art.5 inc. IV e IX da Constituição Federal de 1988. Com o fim de ouvir e fazer-se ouvir nas salas de aula, todo o trabalho pedagógico foi elaborado para que os alunos se sentissem a vontade para falar, mas se descobrissem como pessoas que não estão sozinhos no meio. Portanto precisam ser ouvidos mas também ouvir, numa relação dialética em que todos possam ter oportunidades para expressar sentimentos e buscar direitos e cumprir deveres.

Palavras-Chave: Educação, Direito, Vez e voz

INTRODUÇÃO

A valorização do ser humano, nos dias de hoje, é tema que não pode ser esquecido em qualquer âmbito, seja político, econômico, jurídico e educacional. Diante de tanta desigualdade social, se faz mister que a escola, tanto quanto a Universidade, proponha debates e palestras sobre o assunto dos valores humanos, dos direitos e deveres que cabem ao indivíduo e da importância de participar da formação e desenvolvimento de Estado Democrático de Direito.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O trabalho que se propõe tem como objetivo fazer uma análise crítica-reflexiva de como a falta de escutar as vozes do outro, principalmente quando estas vozes são gritos tímidos de crianças carentes de atenção e cuidados, podem influenciar na violência da sala de aula, e juntos, estes gritos, tentem em que já sucumbiu, diante do contexto social e político em que se apresenta o país.

A democracia trouxe muitas vantagens e abertura para o país, mas como todo processo político, traz problemas para sua efetivação. As pessoas nunca estão preparadas para mudanças, e isso não foi, nem é diferente com a inserção do regime democrático. Sem conhecer o conceito de democracia e acostumado a viver sobre pressão, o povo parece passarinho solto da gaiola, sem rumo, diante de tantas opções à sua frente.

Não é diferente, no convívio escolar. As crianças e jovens se perdem no conceito de liberdade e acabam prejudicando o que tem de melhor para viver: o processo democrático.

Carentes de ser ouvidos, e quase sem ninguém para ouvi-los, as crianças e jovens nas salas de aulas fazem a festa da anarquia, sem precedentes, sem temor e sem limites. Gritam juntos e criam barulhos infernais, que obrigam os professores mais atentos a mudarem a metodologia de ensino, e os mais desatentos sofrerem e lastimar o tempo perdido em suas aulas.

O ponto relevante deste trabalho, almeja trazer a luz uma necessidade de mudança nas metodologias e técnicas didáticas, que possam transformar a sala de aula, tão cheia de problemas, pela falta de entusiasmo das crianças, para com os estudos, em uma sala de aula capaz de levar a criança e o jovem a se descobrir sujeito do seu meio, e participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

METODOLOGIA

Esta pesquisa se faz pela observação do comportamento de alunos do 6º ano do ensino fundamental e também auto-análise dos comportamentos do professor e alunos pibidianos que acompanham e interferem na prática do ensino-aprendizagem.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por leitores individuais e em grupo, as quais fazem parte do cotidiano do professor e alunos da iniciação a docência.

A quantidade de alunos nas salas de aula, do 6º ano, em média de 25 por sala, no Centro Educacional Osmar de Aquino, onde foram observadas três salas, serviu de base para a análise crítica reflexiva desta pesquisa e conduziu a professora junto com seus colaboradores – alunos da iniciação a docência – a refletir sobre novos métodos e técnicas para aplicação das aulas, técnicas estas que oferecem um maior aproveitamento das vezes destes alunos. O envolvimento do trabalho de texto produzido pelo aluno, através de contos fictícios que melhor se adaptou com o objetivo da pesquisa que tem como foco principal, descobrir meios que leve o alunado a se descobrir como sujeito da ação e também respeitar o outro.

Leituras individuais e em grupo foram propostas para avaliar comportamentos e proporcionar aos alunos o direito de falar, ouvir e trabalhar em grupo.

As rodas de conversa, o trabalho em grupo, a produção textual livre e com temas que interessam aos alunos, como por exemplo o Bullying, foram pontos fundamentais para a realização da análise e compreensão do modo de ser de cada aluno e de suas necessidades básicas.

O Jogral e o coral com poesias, ora da literatura infanto juvenil, ora parodias com assuntos gramaticais, como, sinais de Pontuação foram elementos que combinavam muito bem com as turmas que, consideradas barulhentas e indisciplinadas passaram a participar efetivamente das aulas e colaborar com o ensino que leva o cidadão a crescer tanto intelectual como moralmente.



O ditado coletivo, que partia das palavras escolhidas pelos próprios alunos, para demonstrar suas dúvidas em relação a escrita destas palavras, foi mais um marco na interdisciplinaridade e confronto com as variadas culturas, pois os alunos ditavam palavras estrangeiras e discutiam sua origem e forma de escrever, demonstrando a ligação destes com o mundo cibernético e dando oportunidade do professor trabalhar as variedades linguísticas e a utilidade destas para o melhor relacionamento do ser humano.

Os vários gêneros textuais trabalhados em sala de aula, como: Fábulas, Contos, Tirinhas, Poesias, comentários sobre textos, notícias de jornal e revistas, comerciais, panfletos, foram de grande utilidade para proporcionar aos alunos momentos de conversas informais e debates, os quais se manifestavam voluntariamente e usavam linguagens do seu meio, sem sentir-se envergonhados nem discriminados em suas intervenções.

Todo o trabalho de leitura e exercícios eram realizados comparando linguagem formal e informal, sempre que necessário e demonstrando para os alunos a importância das variedades linguísticas e a utilidade de cada uma em diferentes meios e momentos.

A arte na sala de aula, como confecção de balões com a técnica origami serviu de motivo para conscientização de como usar os balões em benefício do homem, sem soltá-los para queimar florestas e provocar outros tipos de incêndios.

A leitura de poesias pelos alunos, tinha o fim de discipliná-los para ouvir e treinar a dicção, sem que eles percebessem o cansaço que provoca a leitura de textos em prova, com longos períodos e parágrafos, os quais implicaria em dificuldades para interpretá-los.

Os textos criados pelos próprios alunos e lidos por eles, ou pelos professores, era mais uma estratégia para a escuta das vozes da maioria e oportunidade para o dizer do alunado, tão ansioso de contar suas histórias e de sentir que foram ouvidas pelos colegas e professores.

Todas as atividades sempre estavam voltadas para a leitura e escrita, sem esquecer o estudo da análise linguísticas e suas variadas competências.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Com as técnicas de ensino/aprendizagem executados com atenção nas salas de aula; e sempre obedecendo a uma sequência didática em cada técnica empregada, o trabalho trouxe resultados positivos, mas sem esquecer que numa sala de aula, com crianças e adolescentes nada funciona cem por cento, e muitas dificuldades foram encontradas.

Hanna Arendt afirma que “a força de palavra é que dá vida ao humano, vida esta que sem discurso e sem ação está literalmente morta, e que sem o discurso a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator, o agente do ato só é possível se for ao mesmo tempo o autor das palavras” (1989, p. 189).

Embasada na teoria de Arendt a equipe do PIBID, coordenada pela professora supervisora, planejou suas aulas, de modo a se aproveitar das vozes que ecoavam na sala de aula e usar a própria palavra dos alunos para estudar a língua e tirar proveito no uso destes como companheira ideal na formação da cidadania.

A inquietude dos alunos, provocou inquietude na maneira de ensinar e trabalhar a língua em sala de aula, resultando em novas técnicas de ensino em que o discurso da coletividade escolar serviu de base para exercitar os variados gêneros textuais e com eles, produzidos pelos próprios alunos, trabalhar as competências da análise linguística.

A linguagem do aluno, comunicando o seu meio, os seus anseios, a sua história consolida a interação que deve existir no ambiente escolar.

Linguagem -> Comunicação -> Interação: é este o caminho que leva o homem a conviver em sociedade, convivência esta, boa ou má – e isto se relativa pela palavra, arma maior da comunicação.

A palavra que oprime mata o sentido da sociedade, transformando-a apenas num amontoado de pessoas, que ao invés de interagir recolhem-se em agrupamentos de alienados de várias espécies, onde não são reconhecidos, tampouco reconhecem o outro, como se a interdependência do homem com o homem não existisse, bem menos a interdependência do homem com o meio.

É na interação que se faz o fim da palavra, pois, se esta é linguagem, comunica, se comunica interfere, se interfere deve haver interação. A comunicação é apenas um meio de chegar à interação. Somente na interação se pode alcançar os fins objetivados do discurso,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pois este, enquanto comunicação, nada mais é que o simples fato de informar. Se não houver a interação o discurso será nulo e sem progresso. O fazer ou não fazer, o aceitar ou não aceitar o discurso, está no âmbito da interação, e é este que vai levar o homem a adquirir ou transferir poderes no diálogo da vida.

É no fazer ou desfazer da palavra que se cria uma sociedade participativa, onde os diálogos aparecem na luta por direitos e justiça, pois nem sempre o direito é justo, portanto, é a palavra na sua dialogicidade e exegese, que vai construir esta justiça em cada momento histórico da vida humana, razão pela qual esta palavra não está inserida na sua forma, mas sim, no sentido o qual representa. E esta palavra pode ter várias formas para comunicar esta justiça, mas o sentido precisa ser único para cada sentença justa, daí a não relevância do como dizer a palavra, se em Língua Formal ou Informal, se do sujeito da classe alta, ou da classe baixa, apenas o sentido que a palavra comunica precisa de autenticidade.

Paulo Freire explicita:

A palavra inautêntica [...] com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes. Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blabláblá. Por tudo isto alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação. (2008, p. 90).

O autor expressa, claramente, a falta de sentido da palavra, quando esta apenas é dirigida pelo fatalismo do discurso, embriagado de silogismos e interesse de aplausos de uma plateia que, apenas escuta e não interage a esta comunicação, tampouco entende o que tal discurso objetiva.

A palavra que liberta abre o caminho para o diálogo, interage com os vários tipos de linguagem e busca estabelecer o sentido que as várias formas linguísticas comunicam; leva, portanto, o ser humano a participar ativamente da busca constante por direito e justiça, falando a sua própria Língua, sem se preocupar de não ser, ou não se fazer de entendido pelos demais que convivem na mesma sociedade. É, portanto, a palavra do sentido, da interação e da dialogicidade, em que a hermenêutica é o meio que facilita o entendimento, não mais um



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

objeto que complica a Língua, que nada mais é, ou deve ser, o principal elemento de aproximação entre os homens.

A palavra em sua autenticidade deve ser simples, direta e adequada ao entendimento que se faz objetivar a cada fato da vida humana. Ela é necessária a cada decisão tomada, pois a ação pela ação corre o risco de perder a validade pela qual está sendo tomada e daí provocar um maior desentendimento na sociedade harmônica pela qual o homem luta e anseia.

O estudo descontextualizado da Língua gera dificuldade de concentração no alunado e prejudica a aprendizagem, pois neste tipo de estudo as palavras não têm a autenticidade que o próprio texto do aluno oferece, ou o texto organizado para uma leitura no nível de conhecimento da criança. Deve-se, portanto, dá-se a liberdade à comunicação.

O indivíduo fala a sua língua, sem que seja impedido ou forçado a falar a língua do outro. A forma em que se dá a comunicação é irrelevante ao sentido pelo qual esta objetiva comunicar. Isto não quer dizer que o indivíduo deve estagnar-se em sua forma de comunicar, o que se quer apenas é que a sua forma também possa dá sentido à comunicação.

Bagno explica que:

Não se trata simplesmente, como deve ficar bem claro, de “aceitar” a variedade linguística estigmatizada falada pelos alunos e ficar só nisso – essa é uma acusação ridícula dirigida aos linguistas por aqueles que não conseguem ou não querem ler devida atenção as coisas que nós escrevemos. A função da escola é, em todo e qualquer campo de conhecimento, levar a pessoa a conhecer e dominar coisas que ele não sabe e, no caso específico da Língua, conhecer e dominar, antes de mais nada, a leitura e a escrita e, junto com elas, outras variedades de língua, outros registros. (2008, pp. 33-34).

O reconhecimento é algo que o ser humano sempre almeja, porque é no reconhecer que o ser humano confirma a sua identidade e descobre que vive no outro e para o outro. Este viver não é apenas um mero existir, é, sobretudo sentir-se conectado ao mundo pela sua ação e seu discurso.

Somente no falar e no agir o ser humano pode expressar a liberdade que tem em relação ao mundo. E é neste falar e agir, que o indivíduo se identifica, reconhece o outro e se faz reconhecer. Não mais é o eu, mas a identificação primordial do nós. A descoberta de valores através dos saberes interdependentes, faz o indivíduo redescobrir que não está só no



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mundo, mas sim, cercado de outros dos quais será sempre dependente e os quais dependerão dele também.

A Língua, seja em sua forma padrão ou não padrão, deve ser meio de lutas por direitos e não apenas meio de demonstração de saber e ostentação de discursos inflamados de poderosos que sabem como alienar um povo e retirar deste o maior proveito de beneficiamento próprio e mesquinho, como é o caso dos políticos corruptos e de outros líderes como no âmbito da Economia e Religião, onde se encontra um grande número de elementos que usam o discurso para levar uma grande quantidade de pessoas a acreditarem e cooperarem com objetivos de lucro e acúmulo de riqueza para uma minoria privilegiada.

Foucault ao falar sobre os procedimentos de exclusão escreve:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as aulas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (1996, pp. 9-10).

O pensador francês chama a atenção para o fato de que, está no discurso um dos maiores poderes e objeto de desejo, pois é este discurso tão desejado e tantas vezes interdito que faz o homem sentir-se objeto de discriminação, de preconceito, levando-o ao complexo de inferioridade em relação aos que tomam este discurso para si, como se fossem donos da palavra e só a eles cabem o poder de dizer aquilo que outros também conhecem, mas por



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

circunstâncias diversas não falam e nem reclamam, pois o medo de serem ainda mais prejudicados os fazem calar diante do que deveria falar. O desejo de falar se submete ao medo, que por sua vez acaba sendo um dos principais fatores de alienação e da falta de dignidade da pessoa humana. O medo – pai da dominação – escraviza, empobrece e tira do ser humano o que ele mais precisa para uma vida pacífica – o direito de sentir-se igual aos demais, se não economicamente, mas pelo menos no direito de falar, reivindicar e contestar o que não o satisfaz da maneira e forma de linguagem que lhe convier, sem a preocupação de expressar somente a Língua na sua forma culta, objeto de poucos privilegiados, mas expressar a Língua na forma coloquial e através dela conseguir comunicar o necessário para o apoderamento do direito a ser adquirido.

O artigo 5º, incisos IV e IX da CF/1988 prescreve: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” e ressalta no inciso V: “é livre a manifestação do pensamento” e no inciso IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica, e de comunicação” (grifo nosso).

O direito a liberdade de expressar o pensamento se faz pela comunicação. E esta comunicação está inserida em todos os tipos de linguagem, em especial, a linguagem verbal, formal ou não formal. Num país tão extenso como o Brasil, as diversidades linguísticas aparecem e não podem ser rejeitadas sob o risco de comprometer a democracia, e mais do que isto: levar a exclusão ao ser humano, quando este se sente incapaz de se expressar, por não saber falar ou escrever a língua formal.

A livre manifestação do pensamento prescrita no inciso IV do art. 5º da CF 1988 dá, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, o poder de se comunicar em várias formas de linguagem, seja verbal ou não verbal, sem se preocupar de perder o direito de se expressar por falar ou escrever de forma diversa da norma padrão. É um dos pontos altos da inclusão social, pois ninguém se sentirá incluído se lhe é tirado o poder de manifestar seu pensamento por não saber encaminhá-lo conforme uma norma padrão de se comunicar.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados que vem sendo atingidos nas salas de aula do 6º ano do ensino fundamental, só comprovam o quanto é importante dá a liberdade de falar, mesmo que esse falar traduza ideias ainda muito rudes; Mas é na sala de aula que se dá oportunidade de transformação das ideias rudimentares em grandes pensamentos, pois cabe a Escolar ouvir e ensinar a Língua.

Observar o comportamento dos alunos na sala de aula e aproveitar os diferentes tipos de comportamentais para planejar aulas de Línguas, usufruindo das vozes do alunado, é uma experiência que traz aos professores uma maior responsabilidade com o ensino da Língua, também a atenção que deve ser dada aos jovens para que possa ajudá-los na sua formação cidadã.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2007.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 16. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 47. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.